

CONCURSO PÚBLICO

014. PROVA OBJETIVA

ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **07**.

Filho

Não existe isso que chamam de reprodução. Quando duas pessoas decidem ter um bebê, elas se envolvem em um ato de “produção”, e o uso generalizado da palavra “reprodução” para essa atividade, com a implicação de que duas pessoas estão quase se trançando juntas, é na melhor das hipóteses um eufemismo para confortar os futuros pais antes que se metam em algo que não podem controlar. Nas fantasias subconscientes que fazem a concepção parecer tão sedutora, muitas vezes é nós mesmos que gostaríamos de ver viver para sempre, e não alguém com uma personalidade própria. Tendo previsto a marcha para a frente de nossos genes egoístas, muitos de nós não estamos preparados para filhos que apresentam necessidades desconhecidas. A paternidade nos joga abruptamente em uma relação permanente com um estranho, e quanto mais alheio o estranho, mais forte a sensação de negatividade. Contamos com a garantia de ver no rosto de nossos filhos que não vamos morrer. Filhos cuja característica definidora aniquila a fantasia da imortalidade são um insulto em particular: devemos amá-los por si mesmos, e não pelo melhor de nós mesmos neles, e isso é muito mais difícil de fazer. Amar nossos próprios filhos é um exercício para a imaginação.

Mas o sangue, tanto na sociedade moderna como nas antigas, fala mais alto. Pouca coisa é mais gratificante do que filhos bem-sucedidos e dedicados, e poucas situações são piores do que o fracasso ou a rejeição filial. Na medida em que nossos filhos se parecem conosco, eles são nossos admiradores mais preciosos, e, na medida em que são diferentes, podem ser os nossos detratores mais veementes. Desde o início, nós os instigamos a nos imitar e ansiamos pelo que talvez seja o elogio mais profundo da vida: o fato de eles escolherem viver de acordo com nosso sistema de valores. Embora muitos de nós sintam orgulho por ser diferentes dos pais, ficamos infinitamente tristes ao ver como nossos filhos são diferentes de nós.

(Andrew Solomon. *Longe da árvore: pais, filhos e a busca da identidade*, 2013. Adaptado)

01. Segundo o autor do texto, o emprego da palavra “reprodução” para se referir ao nascimento de um filho

- (A) esconde o desejo dos pais de que seus filhos escolham viver de acordo com seus sistemas de valores.
- (B) constitui um eufemismo, reforçando a ideia de que o novo ser possuirá uma personalidade própria.
- (C) se justifica, visto que os genes garantem a continuidade dos traços dos pais nas próximas gerações.
- (D) cria um duplo jogo em que os filhos são, ao mesmo tempo, os maiores admiradores e detratores dos pais.
- (E) estabelece uma falsa ideia de que os filhos representam a continuidade da existência dos pais.

02. De acordo com o texto, é correto afirmar que

- (A) os filhos tornam-se estranhos para os pais na medida em que os obrigam a amá-los por si mesmos.
- (B) diferentemente da maternidade, a paternidade pressupõe a relação com um estranho.
- (C) não é possível amar um filho por si mesmo, sem colocar nele projeções de nossa própria personalidade.
- (D) a fantasia da imortalidade faz com que seja extremamente difícil aceitar que um filho seja diferente de nós.
- (E) nosso sistema de valores é passado a nossos filhos com a condição de que eles se tornem admiradores.

03. Considere a seguinte frase do texto:

“Na medida em que nossos filhos se parecem conosco, eles são nossos admiradores mais preciosos, e, na medida em que são diferentes, podem ser os nossos detratores mais **veementes**”.

Um sinônimo para o vocábulo em destaque é

- (A) impetuosos.
- (B) inexpressivos.
- (C) exigentes.
- (D) extenuantes.
- (E) comoventes.

04. Assinale a alternativa em que há palavra empregada com sentido figurado.

- (A) Na medida em que nossos filhos se parecem conosco, eles são nossos admiradores mais preciosos.
- (B) A paternidade nos joga abruptamente em uma relação permanente com um estranho.
- (C) Mas o sangue, tanto na sociedade moderna como nas antigas, fala mais alto.
- (D) Quando duas pessoas decidem ter um bebê, elas se envolvem em um ato de “produção”.
- (E) Filhos cuja característica definidora aniquila a fantasia da imortalidade são um insulto em particular.

05. O trecho do texto que está reescrito corretamente, considerando as regras de emprego da vírgula é:

- (A) Desde o início, nós os instigamos a nos imitar e ansiamos, pelo que talvez seja o elogio mais profundo da vida: o fato de eles escolherem viver de acordo com nosso sistema de valores.
- (B) O uso generalizado da palavra “reprodução” para essa atividade, com a implicação de que duas pessoas estão quase se trançando juntas, é, na melhor das hipóteses, um eufemismo.
- (C) A paternidade nos joga, abruptamente em uma relação permanente com um estranho, e quanto mais alheio o estranho, mais forte a sensação de negatividade.
- (D) Tendo previsto a marcha para a frente de nossos genes egoístas, muitos de nós não estamos preparados para filhos que, apresentam necessidades desconhecidas.
- (E) Devemos amá-los por si mesmos e, não pelo melhor de nós mesmos neles, e isso é muito mais difícil de fazer.

06. Considere os dois trechos a seguir.

“Mas o sangue, tanto na sociedade moderna como nas antigas, fala mais alto.”

“Embora muitos de nós sintam orgulho por ser diferentes dos pais, ficamos infinitamente tristes ao ver como nossos filhos são diferentes de nós.”

As expressões destacadas estabelecem, respectivamente, os sentidos de:

- (A) adversidade e concessão.
- (B) proporção e concessão.
- (C) adversidade e comparação.
- (D) causa e adversidade.
- (E) proporção e condição.

07. Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas nos trechos a seguir.

“Nas fantasias subconscientes _____ tornam a concepção tão sedutora...”

“... um eufemismo para confortar os futuros pais antes que se metam em uma situação _____ não podem escapar.”

- (A) às quais, de que
- (B) que, em que
- (C) as quais, que
- (D) que, de que
- (E) às quais, da qual

Leia o texto para responder às questões de números 08 a 10.

A crise da saúde mental no Brasil.

Conforme aponta a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil é o primeiro no *ranking* internacional de países com o maior número de pessoas com transtorno de ansiedade. O país é também o quarto com maior número de pessoas com depressão. E qual é o motivo desse alto número de pessoas com transtornos mentais? Os altos índices de violência são um motivo – de acordo com o Atlas da Violência 2018, o Brasil tem taxa de homicídio 30 vezes maior que a da Europa. Além disso, uma grande causa de sofrimento psíquico é a instabilidade financeira. Segundo o IBGE, a taxa de desemprego no Brasil ficou em 12,5% no trimestre de fevereiro a abril, o que corresponde a mais de 13 milhões de pessoas desempregadas. Até mesmo o estilo de vida nas cidades, que é muito urbanizado – barulho demais, poluição demais, horas infindáveis no trânsito – tudo isso somado aumenta o risco de problemas de saúde mental.

Se a sociedade brasileira não começar a lidar seriamente com os problemas de saúde mental, vamos enxergar cada vez mais uma piora nos índices de transtornos e em tudo que a saúde mental acarreta: pioras na saúde física, aumento dos índices de suicídio, menor produtividade da força de trabalho.

(Michael Kapps. *Folha de S.Paulo*, 30 de agosto de 2019. Adaptado)

08. A partir da leitura do texto, é possível concluir que

- (A) os transtornos mentais são características intrínsecas dos brasileiros, em razão da nossa estrutura social.
- (B) a população brasileira apresenta altos índices de ansiedade, mas esta não é tão grave quanto a depressão.
- (C) a solução para os problemas dos transtornos mentais seria o êxodo urbano, levando a população a morar em áreas mais tranquilas.
- (D) o desemprego e a instabilidade financeira são responsáveis por 12,5% dos casos de transtornos mentais entre os brasileiros.
- (E) os transtornos mentais são problemas de ordem multifatorial, influenciados por fatores sociais.

09. A frase em que a concordância se dá em conformidade com a norma-padrão da língua é:

- (A) Com uma alta taxa de homicídios no país, aumentam-se os índices de depressão na população.
- (B) Nas últimas décadas, houve um aumento de pessoas que sofrem com transtornos mentais.
- (C) É necessário medidas que atenuem os problemas sociais ligados aos transtornos mentais.
- (D) A ansiedade está entre os vários transtornos mentais que pode ser decorrente de um estilo de vida urbanizado.
- (E) Surge, com o aumento das taxas de desemprego e de violência, problemas na saúde da população.

10. Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas do trecho a seguir, considerando as regras de emprego da crase.

É importante criar políticas que atendam _____ necessidade da população de acesso _____ formas de vida favoráveis _____ saúde mental.

- (A) à ... a ... a
- (B) a ... à ... a
- (C) à ... a ... à
- (D) à ... à ... à
- (E) a ... à ... à

RACIOCÍNIO LÓGICO

11. Considere falsidade a seguinte afirmação:

Se Carlos é advogado, então Amanda é juíza.

Com base nas informações apresentadas, é verdade que

- (A) Carlos é advogado.
- (B) se Amanda não é juíza, então Carlos não é advogado.
- (C) Amanda é juíza.
- (D) Amanda é juíza se, e somente se, Carlos é advogado.
- (E) Carlos não é advogado.

12. A negação de uma afirmação é uma ferramenta importante em várias áreas.

Vamos supor que seja necessário fazer a negação lógica da seguinte afirmação:

Todos os envolvidos são culpados e devem ser punidos.

Uma das possibilidades está contida na alternativa:

- (A) Existe envolvido inocente e que não deve ser punido.
- (B) Nenhum dos envolvidos é culpado ou deve ser punido.
- (C) Existe envolvido que não é culpado ou que não deve ser punido.
- (D) Todos os envolvidos não são culpados e não devem ser punidos.
- (E) Nenhum dos envolvidos não é culpado ou não deve ser punido.

13. Em determinado município, alguns engenheiros são professores e todo professor é concursado. Sendo assim, nesse município, é verdade que

- (A) todo concursado é engenheiro.
- (B) todo engenheiro é concursado.
- (C) todo concursado é professor.
- (D) não existe professor que é engenheiro.
- (E) existe concursado que é engenheiro.

14. João, Carlos e Paulo moram em estados distintos, sendo eles São Paulo, Santa Catarina e Rio de Janeiro, não necessariamente nessa ordem. Eles se comunicaram ou com sua tia, ou com sua irmã, ou com sua mãe, utilizando apenas um meio: telefone, carta ou e-mail, também não necessariamente nessa ordem. Sabe-se que: Carlos mora em Santa Catarina e se comunicou por telefone; A mãe e o pai de Paulo são filhos únicos; João não conhece a sua mãe e nunca foi adotado; Quem mora em São Paulo se comunicou com sua mãe. Sendo assim, quem se comunicou com a tia, por carta, foi

- (A) Carlos, e ele mora em Santa Catarina.
- (B) João, e ele mora em São Paulo.
- (C) João, e ele mora no Rio de Janeiro.
- (D) Paulo, e ele mora em São Paulo.
- (E) Paulo, e ele mora no Rio de Janeiro.

15. Na sequência numérica 1, 3, 7, 13, 21, 31, 43, 57, 73, ..., o próximo elemento é

- (A) 89.
- (B) 91.
- (C) 103.
- (D) 115.
- (E) 127.

R A S C U N H O

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

16. Um usuário do MS-Windows 7, em sua configuração padrão, está com uma janela do Windows Explorer aberta e deseja fechá-la. Para isso, ele pode usar o atalho por teclado

- (A) F1
- (B) Ctrl + F1
- (C) Alt + F3
- (D) Alt + F4
- (E) Alt + F5

17. O MS-Word 2010, em sua configuração padrão, possui diversas formas de quebras de páginas, incluindo quebras de seções e colunas.

Assinale a alternativa que apresenta o ícone relacionado às quebras descritas no enunciado, cujo nome é Coluna.

- (A) 
- (B) 
- (C) 
- (D) 
- (E) 

18. Observe a planilha a seguir, elaborada por meio do MS-Excel 2010, em sua configuração padrão.

	A	B
1	Processo	Pessoas
2		
3	P1	20
4	P2	30
5	P3	50
6	P4	15
7	P5	21
8		

Assinale a alternativa que apresenta valor exibido na célula B8, após esta ser preenchida com a seguinte fórmula:

=CONT.SE(B3:B7;20)

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 3
- (D) 4
- (E) 5

19. A imagem a seguir contém botões de ações padrão no MS-PowerPoint 2010, em sua configuração original, com alguns números associados.



O número associado ao botão de ação cujo *hiperlink* padrão aponta para "Último slide" é

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 3
- (D) 4
- (E) 5

20. Um usuário do MS-Outlook 2010, em sua configuração padrão, cuja conta é usuario2@ufu.br, recebeu um e-mail, enviado com sucesso, em que os campos na mensagem do remetente foram preenchidos da seguinte forma:

De: usuario1@ufu.br
 Para: usuario2@ufu.br
 Cc: usuario3@ufu.br
 Cco: usuario4@ufu.br
 Assunto: usuario5@ufu.br

Quando esse usuário clicar em Responder a todos, o e-mail será enviado apenas para

- (A) usuario1@ufu.br.
- (B) usuario1@ufu.br e usuario3@ufu.br.
- (C) usuario3@ufu.br e usuario4@ufu.br.
- (D) usuario1@ufu.br, usuario2@ufu.br e usuario3@ufu.br.
- (E) usuario1@ufu.br, usuario3@ufu.br e usuario4@ufu.br.

21. O Sistema Único de Saúde (SUS) é uma conquista da sociedade e foi criado para promover a justiça social e superar as desigualdades na assistência à saúde da população.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Antes de 1988, o sistema público de saúde atendia apenas quem não contribuía para a Previdência Social.
- (B) A Constituição de 1988 garantiu a saúde como direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas.
- (C) O SUS, quando foi criado, tinha como principal característica ser centralizado e de responsabilidade federal, sem a participação dos usuários.
- (D) A 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1988, foi um marco da Reforma Sanitária, que tratou da saúde como direito, da reformulação do sistema nacional de saúde e do financiamento setorial.
- (E) O Ministério da Saúde, criado nos primórdios da história da Saúde Pública Brasileira em 1808, tinha como responsabilidade a organização e elaboração de planos e políticas públicas voltados a promoção, prevenção e assistência à saúde dos brasileiros.

22. A definição dos recursos mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde deve

- (A) estar em conformidade com objetivos e metas explicitados nos Planos de Saúde de cada ente da Federação.
- (B) ser de responsabilidade do setor saúde e de outras políticas públicas que atuam sobre determinantes sociais e econômicos incidentes sobre as condições de saúde da população.
- (C) incluir despesas de pagamento de aposentadorias e pensões dos servidores da saúde.
- (D) ser financiada com recursos movimentados em contas correntes específicas para cada programa de trabalho.
- (E) destinar recursos ao saneamento básico e obras de infraestrutura realizadas para beneficiar diretamente a rede de saúde.

23. Sobre os Conselhos de Saúde, é correto afirmar que

- (A) sua composição deve ser de 60% de entidades e movimentos representativos de usuários; 20% de entidades representativas dos trabalhadores da área de saúde e 20% de representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.
- (B) a cada eleição, os segmentos de representações de usuários, trabalhadores e prestadores de serviços, devem ter uma renovação de 50% de suas entidades representativas.
- (C) as funções, como membro do Conselho de Saúde, são remuneradas, sendo garantido ao conselheiro a dispensa do trabalho durante a vigência do mandato.
- (D) se trata de uma instância colegiada, deliberativa e permanente do SUS em cada esfera de Governo, integrante da estrutura organizacional do Ministério da Saúde, da Secretaria de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (E) quando não houver Conselho constituído ou em atividade no Município, cabe à Câmara Municipal a convocação e realização da Conferência Municipal de Saúde.

24. Os Serviços Especiais de Acesso Aberto têm como função

- (A) realizar o atendimento inicial à saúde do usuário no SUS.
- (B) estabelecer as regras da gestão compartilhada do SUS.
- (C) definir a distribuição de recursos humanos e de ações e serviços de saúde ofertados pelo SUS e pela iniciativa privada.
- (D) estabelecer critérios para o diagnóstico da doença ou do agravo à saúde.
- (E) realizar o atendimento da pessoa que, em razão de agravo ou de situação laboral, necessita de atendimento especial.

25. Em relação à saúde do trabalhador, é atribuição do SUS

- (A) denunciar ao órgão do Ministério do Trabalho riscos e agravos potenciais à saúde existentes no processo de trabalho, identificados nas ações de vigilância em saúde.
- (B) propor à justiça do trabalho a elaboração de normas voltadas às condições de produção, extração, armazenamento, transporte, distribuição e manuseio de substâncias, de produtos, de máquinas e de equipamentos que apresentam riscos à saúde do trabalhador.
- (C) prestar assistência ao trabalhador vítima de acidentes de trabalho ou portador de doença profissional e do trabalho.
- (D) informar os empregadores sobre trabalhadores adoecidos pelo trabalho, que foram atendidos nas unidades de saúde.
- (E) garantir aos trabalhadores do setor público a redução da jornada de trabalho, quando houver exposição a risco iminente para a vida ou saúde.

- 26.** De acordo com os termos da Lei Federal nº 12.550/2011, que trata da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, é correto afirmar que
- (A) a EBSEERH possui personalidade jurídica de direito público, com patrimônio destinado pela União, e está vinculada ao Ministério da Saúde.
 - (B) a integralização do capital social será realizada com recursos oriundos de dotações consignadas da União, bem como pela incorporação de qualquer espécie de bens e direitos suscetíveis de avaliação em dinheiro.
 - (C) no desenvolvimento de suas atividades de assistência à saúde, a EBSEERH observará as orientações emanadas sobre saúde pelo Ministério da Educação.
 - (D) compete à EBSEERH elaborar os planos de educação e pesquisa de instituições federais de ensino superior e de outras instituições congêneres que tenham vinculação com o campo da saúde pública ou com outros aspectos da sua atividade.
 - (E) é indispensável a licitação para a contratação da EBSEERH pela administração pública para realizar atividades relacionadas ao seu objeto social.
- 27.** Um funcionário da EBSEERH utilizou-se, indevidamente, de um conteúdo sigiloso, com o fim de beneficiar um parente, comprometendo a credibilidade de um certame que é de interesse público, e, por sua ação, causou danos à Administração Pública. Neste caso, e conforme disposto na Lei Federal nº 12.550/2011, este funcionário estará sujeito a uma pena de
- (A) detenção de 30 (trinta) dias e multa.
 - (B) detenção de 01 (um) ano e multa de 02 (dois) salários mínimos.
 - (C) reclusão de 02 (dois) a 06 (seis) anos, com aumento da pena de 1/3 (um terço), e multa.
 - (D) reclusão de 01 (um) a 03 (três) anos e multa no valor de 50% (cinquenta por cento) do valor integral de seus vencimentos.
 - (E) demissão a bem do serviço público e pagamento de multa no valor de 03 (três) vezes o valor de sua remuneração.
- 28.** De acordo com o seu Estatuto Social, a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, no desenvolvimento de suas atividades de assistência à saúde, observará as diretrizes e políticas estabelecidas pelo
- (A) Conselho de Administração da Empresa.
 - (B) Presidente da Empresa.
 - (C) Ministério de Gestão Estratégica.
 - (D) Ministério da Educação.
 - (E) Ministério da Saúde.
- 29.** Aprovar o orçamento e programa de investimentos e acompanhar a sua execução, segundo o Estatuto Social da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, é competência
- (A) da Diretoria Executiva.
 - (B) do Conselho de Administração.
 - (C) do Conselho Fiscal.
 - (D) do Conselho Consultivo.
 - (E) do Conselho de Auditoria Interna.
- 30.** Assinale a alternativa que está corretamente em consonância com o Código de Ética e Conduta da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.
- (A) O agente público da empresa, ao manifestar suas opiniões sobre as atividades da EBSEERH, no exercício da liberdade de expressão, deve deixar claro que se trata de opinião pessoal, resguardando a reputação da empresa e de seus agentes.
 - (B) O empregado não pode discordar de práticas ou políticas adotadas pela empresa nem discutir seus ideais com seu chefe imediato, em respeito ao princípio da moralidade, da fidelidade e de valores fundamentais.
 - (C) A empresa não adota a política de estimular o clima de abertura como forma de impedir a estagnação e o inconformismo, propiciando, no entanto, constantes treinamentos e cursos de aperfeiçoamento como forma de encorajamento e criatividade.
 - (D) Não é da competência da EBSEERH a iniciativa de projetos de sustentabilidade, quando da execução de suas ações, projetos e relações de que sejam parte.
 - (E) Os direitos de propriedade intelectual abarcados pelo Código de Ética e Conduta da EBSEERH são exclusivamente relativos à marca da empresa, não se estendendo a possíveis parcerias, e devem estar refletidos nos relacionamentos de âmbito interno da empresa, bem como nas devidas proteções.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. A respeito do objetivo, campo de aplicação, metodologia e demais características da Ergonomia, é correto afirmar que
- (A) ao estudar o conteúdo do tempo, no âmbito da análise do processo de trabalho, o ergonômista busca evidenciar o grau de importância de cada tarefa na consecução dos objetivos estipulados para a atividade considerada.
 - (B) importante referencial para a organização do trabalho se encontra nas características psicofisiológicas dos trabalhadores, que permite entender a preferência do trabalhador em realizar tarefas fragmentadas com cadência definida por terceiros, em detrimento de qualquer gestão própria do trabalho.
 - (C) a contribuição de diversas áreas do conhecimento, como a Antropologia, leva à melhor compreensão da dificuldade dos indivíduos em organizarem-se coletivamente para gerenciar uma carga de trabalho em face da importância do individualismo na evolução da espécie humana.
 - (D) uma abordagem ergonômica da organização do trabalho deve considerar, entre outros aspectos, o modo operatório, que diferentemente da cadência, ritmo e normas de produção não formalizadas, não permite qualquer variação sob pena de corromper o sistema produtivo.
 - (E) independentemente da técnica aplicada na análise do trabalho, é indispensável sua validação junto aos trabalhadores visando satisfazer duas exigências: restituir a informação que permitiu a análise, de forma elaborada, a quem a forneceu e corrigir e completar o trabalho do ergonômista.
32. Na busca da adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores é obrigatório que se considere os aspectos antropométricos na relação do indivíduo com seu posto de trabalho e com as tarefas que deverá executar. Dessa maneira,
- (A) a organização deverá manter banco de dados com valores médios de comprimentos de pernas, braços, altura, peso etc. da população usuária, de maneira que as instalações sejam adequadas a, mediante mínimo esforço de alguns indivíduos, a pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) dos trabalhadores envolvidos.
 - (B) independentemente do trabalho ser realizado em pé ou sentado, a altura do plano de trabalho é elemento importante para o conforto postural e, levando em conta a natureza da tarefa, pode-se usar a altura dos cotovelos em relação ao piso como referência para a altura confortável de trabalho.
 - (C) os ângulos de conforto são aqueles de limite máximo de mobilidade articular, definidos com dados antropométricos da população em geral, opinião subjetiva dos trabalhadores, análise de dados médicos e medidas com eletromiografia.
 - (D) os assentos devem ter profundidade não muito reduzida ou grande demais, pois podem gerar desconforto e problemas posturais, que são evitados mediante a adoção de um valor médio equivalente a duas vezes a profundidade média do tórax da população usuária.
 - (E) os equipamentos utilizados no processamento eletrônico de dados com terminais de vídeo deverão compor posto de trabalho em que a tela, o teclado e o suporte de documentos posicionem-se de maneira que as distâncias olho-tela e olho-documento sejam iguais e correspondam aproximadamente à metade da distância olho-teclado.

33. De acordo com a Norma Regulamentadora 4 – Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho
- (A) para fins de dimensionamento, as instalações operacionais provisórias, tais como canteiros de obras e frentes de trabalho, com mais de 500 (quinhentos) empregados devem ser considerados como estabelecimentos, devendo, portanto, organizar Serviço Especializado próprio.
 - (B) a empresa que contratar outras para prestar serviços em seu estabelecimento deverá constituir Serviço Especializado comum para assistência aos empregados das contratadas, dimensionando-o considerando o somatório de empregados no estabelecimento e o grau de risco da atividade da contratante.
 - (C) os Serviços Especializados compartilhados por diferentes empresas, que atuam em um mesmo estabelecimento, devem ter seu funcionamento avaliado anualmente por comissão composta por representante da empresa contratante e do sindicato representativo dos empregados, podendo tal prazo ser reduzido mediante Convenção Coletiva de Trabalho.
 - (D) compete aos profissionais integrantes dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho, entre outros, responsabilizar-se tecnicamente pela orientação quanto ao cumprimento do disposto nas normas regulamentadoras aplicáveis às atividades executadas pela empresa e/ou seus estabelecimentos.
 - (E) o registro do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho deverá ser requerido à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, apresentando, entre outros dados, relação dos profissionais com o número de registro no respectivo conselho profissional, número de empregados próprios da empresa contratante e número de empregados de terceiros presentes no estabelecimento.
34. A investigação e análise de acidentes de trabalho constituem atividades relevantes no sistema de gestão da segurança e saúde no trabalho da organização, pois, do ponto de vista prevencionista,
- (A) mostra-se adequada a utilização de metodologia de caráter sistêmico, que permita a reconstituição da rede de causalidade do acidente, indo além das causas imediatas ou falhas ativas, possibilitando a identificação de condições mediatas ou latentes.
 - (B) a responsabilização é procedimento altamente eficaz na gestão do comportamento dos trabalhadores mas demanda a realização de processo que aponte com precisão a conduta culposa dos envolvidos que deverão ser recriminados publicamente.
 - (C) é produtivo investigar os acidentes que possam trazer algum aprendizado significativo para a organização, sendo desnecessário investigar acidentes ou mesmo pequenos incidentes para os quais não haverá qualquer ganho, cabendo aos trabalhadores se autorregularem em relação aos desvios eventualmente cometidos.
 - (D) é necessário implementar *check lists* de caráter exaustivo nas tarefas ou atividades nas quais ocorreram os acidentes, de forma tal que, ao final da investigação, seja clarividente o agrupamento em causas da alçada do empregador e aquelas que devem ser imputadas aos trabalhadores.
 - (E) a implementação, por parte da organização, de procedimentos internos de investigação e análise de acidentes de trabalho que contem com a participação de trabalhadores, sejam membros da CIPA ou não, rendem tratamento menos rigoroso do Instituto Nacional do Seguro Social.

35. A respeito das técnicas de análise de riscos, com as quais os profissionais da área de segurança e saúde no trabalho podem contar na prática do gerenciamento de riscos, é correto afirmar que
- (A) a Análise Preliminar de Riscos – APR constitui ferramenta que se mostra efetiva quando o analista possui ampla experiência em avaliação de riscos em sistemas semelhantes, cujo estudo já está consolidado e os riscos são previsíveis em sua totalidade.
 - (B) a Análise de Árvore de Falhas – AAF é uma técnica que aplica a álgebra booleana na construção de diagramas ou árvores de determinantes de falhas, que embute certo grau de subjetividade e demanda a composição de equipe homogênea em sua aplicação.
 - (C) a técnica denominada *Hazard and Operability Studies* – HAZOP é baseada em procedimento que gera perguntas de maneira estruturada e sistemática por meio do uso apropriado de um conjunto de palavras-guias aplicadas a pontos críticos do sistema em estudo.
 - (D) a Análise Modular de Falhas Efetivas – AMFE configura um guia de análise que divide o sistema em estudo em vários módulos interdependentes, permitindo a identificação das falhas mais prováveis e a maneira a ser adotada para evitar a propagação de eventual falha no sistema.
 - (E) a Técnica de Observação Criteriosa – TOC exige a capacitação prévia de trabalhadores dos setores que serão avaliados, para que sejam capazes de identificar condições de trabalho que possam, mediante conduta inadequada dos trabalhadores, implicarem acidentes de trabalho.
36. Do ponto de vista da Higiene do Trabalho, interessa determinar as características do ruído, as formas de avaliação da exposição, os possíveis efeitos nocivos nos trabalhadores expostos e as possibilidades de controle, sendo verdadeiro que
- (A) deve-se entender potência sonora como a variação dinâmica na pressão atmosférica que possui características que a tornam detectável pelo ouvido humano, sendo medida em Newton/m^2 , unidade de potência chamada Pascal.
 - (B) na perda auditiva por exposição sistemática a níveis de pressão sonora elevados, ocorrem alterações nos limiares auditivos, do tipo sensorineural, que têm como características principais a irreversibilidade e a progressão gradual com o tempo de exposição ao risco.
 - (C) na avaliação da exposição ocupacional ao ruído, considera-se grupo homogêneo o conjunto de trabalhadores que, uma vez expostos a níveis de pressão sonora semelhantes, apresentam nos exames periódicos perdas auditivas equivalentes nas frequências de 1 000 (mil), 2 000 (dois mil), 3 000 (três mil) e 4 000 (quatro mil) Hertz.
 - (D) os níveis de ruído de impacto deverão ser avaliados em decibels (dB), com medidor de nível de pressão sonora operando em circuito de compensação “A” e circuito de resposta lenta (*Slow*), posicionados próximos ao ouvido do trabalhador.
 - (E) o nível de audibilidade é definido como o nível de pressão sonora do som padrão (NPS a 3 000 Hertz) necessário para que um número significativo de indivíduos escutem o som padrão e o desconhecido com a mesma intensidade, estabelecendo uma relação linear entre nível de pressão sonora e audibilidade.

37. No campo de estudo da Higiene do Trabalho, importa determinar as características das vibrações, as formas de avaliação da exposição, os possíveis efeitos nocivos nos trabalhadores expostos e as possibilidades de controle, sendo correto afirmar que
- (A) foi no 12º Encontro de Higienistas Ocupacionais da Europa, ocorrido em Estocolmo, em 1983, que se passou a contar com um Sistema de Classificação de Danos Osteomusculares Induzidos por Vibração, estabelecendo de forma objetiva uma relação entre dose – resposta para esse tipo de agravo à saúde dos trabalhadores.
 - (B) as vibrações na faixa de 1 (um) a 1 000 (um mil) Hertz atuam em diferentes regiões do corpo humano, em função das características específicas que apresentam, sendo que, de maneira geral, as vibrações na faixa de 100 (cem) a 1 000 (um mil) Hertz provocam enjoo e náuseas, agindo sobre o sistema digestório.
 - (C) em face da inexistência de suscetibilidades individuais quanto aos efeitos da vibração no organismo humano, pode-se afirmar que a adoção de ferramentas com características antivibratórias e de práticas adequadas de trabalho, associadas aos limites de exposição ocupacional à vibração são suficientes para a garantia de condições de trabalho seguras no tocante à vibração.
 - (D) a avaliação da exposição ocupacional à vibração deve ser feita para a direção resultante dos vetores identificados nos eixos x, y e z, considerando que a principal direção da exposição à vibração situa-se no plano onde se dá o acoplamento da mão do operador com a manopla da ferramenta.
 - (E) a avaliação da exposição ocupacional à vibração de corpo inteiro deverá ser feita utilizando-se sistemas de medição que permitam a determinação da aceleração resultante de exposição normalizada (aren) e do valor da dose de vibração resultante (VDVR), parâmetros representativos da exposição diária do trabalhador.
38. As altas temperaturas no ambiente de trabalho impactam negativamente o rendimento e a saúde dos trabalhadores, havendo, portanto, a necessidade de conhecer como se processa a interação térmica entre o organismo e o meio ambiente. Assim, pode-se afirmar a respeito que
- (A) uma das formas de prevenir a sobrecarga fisiológica por calor do trabalhador é promover sua aclimatação, que consiste na adaptação rápida a uma sobrecarga térmica semelhante àquela que encontrará no ambiente de trabalho.
 - (B) em condições ideais, a livre movimentação do ar fresco e seco sobre a superfície da pele maximiza a eliminação de calor por condução e radiação que, eventualmente, pode contar com o reforço da sudorese no processo de troca térmica.
 - (C) o Índice de Bulbo Úmido – Termômetro de Globo (IBUTG) é um índice utilizado para a avaliação da exposição ocupacional ao calor que leva em consideração a temperatura do ar, o calor radiante, a velocidade do ar e a umidade relativa do ar.
 - (D) aumentos prolongados na temperatura do núcleo do corpo e exposições moderadas a algum tipo de sobrecarga térmica, mesmo que não sejam severas, estão associados a doenças como distúrbios do sono, aumento da frequência cardíaca e implicam, para temperatura do núcleo do corpo superiores a 38,5 °C, risco de aborto.
 - (E) em situações complexas, com diferentes fontes de calor, pode-se promover uma avaliação simplificada com auxílio do IBUTG, que consegue resgatar a influência do aquecimento provocado por fontes de microondas ou de rádiofrequência na carga térmica do ambiente de trabalho.

39. A ventilação industrial é um importante recurso utilizado na prática da Higiene do Trabalho, para o controle de riscos ambientais. Um dos sistemas passíveis de aplicação é a ventilação geral diluidora, que
- (A) entre as condições estipuladas para sua escolha, tem-se que a distância entre os trabalhadores e os pontos de emissão dos contaminantes deve ser o suficiente para assegurar que os trabalhadores não estarão expostos a concentrações do contaminante superiores ao respectivo limite de tolerância.
 - (B) por conta de sua economicidade, constitui opção adequada para a movimentação de poeiras e fumos que, normalmente, não apresentam elevada toxicidade e um bom dimensionamento fará com que a quantidade de ar a ser movimentada promova a necessária diluição do contaminante.
 - (C) ao contemplar todo o ambiente de trabalho, é comum que esse sistema interfira em operações ou processos industriais, além de apresentar, em relação a outros sistemas, como a ventilação local exaustora, custos de instalação maiores, que são amortizados em tempo menor.
 - (D) quando utilizada em recintos contíguos, para uma bateria comum de ventiladores, exige detalhado dimensionamento dos dutos e suas singularidades, de maneira que se obtenha a velocidade de transporte em todos os tramos do sistema, impedindo a deposição de resíduos e a consequente perda de eficiência do sistema.
 - (E) apresenta, entre suas vantagens comparativas, a de apresentar facilidades operacionais quando o ar contaminado deva ser filtrado ou lavado antes de ser lançado à atmosfera, devido à uniformidade de vazão característica do sistema.
40. Conforme estudado na Higiene do Trabalho, a respeito da presença dos riscos químicos no ambiente de trabalho, é correto afirmar que
- (A) o quadro clínico de toxicidade ao benzeno caracteriza-se por uma repercussão orgânica específica, em que o único sistema orgânico comprometido é o sistema hematopoiético, sendo tal efeito a causa básica dos prejuízos à motricidade do trabalhador exposto.
 - (B) o gás sulfeto de etileno, de largo uso em instalações hospitalares, é altamente tóxico, facilmente inflamável e explosivo, além de ser carcinogênico, mutagênico, teratogênico e neurotóxico, sendo a exposição ao gás vedada a crianças e gestantes.
 - (C) quando duas ou mais substâncias perigosas tiverem efeitos toxicológicos similares sobre o mesmo sistema orgânico ou órgão, deverão ser considerados, em primeiro lugar, seus efeitos individuais e não os efeitos que teriam combinados, que podem ser aditivos ou sinérgicos.
 - (D) os gases e vapores podem ser classificados, segundo a sua ação sobre o organismo humano, em irritantes, anestésicos e asfixiantes, sendo que o fato de uma substância receber uma classificação não é impedimento para que também apresente características de outras classes.
 - (E) as substâncias irritantes de ação sobre os brônquios são aquelas pertencentes ao grupo de maior solubilidade em água, que passam rapidamente pelo nariz e garganta e penetram profundamente nas vias respiratórias.
41. A respeito dos limites de tolerância, conforme estudado no campo da Higiene do Trabalho, é correto afirmar que
- (A) na definição dos limites de exposição ocupacional para misturas complexas de solventes, que incluam os aromáticos, a consideração dos efeitos aditivos deve ser ponderada pela pressão parcial de cada componente na atmosfera do ambiente de trabalho.
 - (B) a *American Conference of Governmental Industrial Hygienists* – ACGIH acredita que os limites de tolerância que por ela são publicados não devam ser usados como padrões, sem que se faça uma análise dos outros fatores necessários para a tomada de decisões adequadas de gerenciamento de riscos.
 - (C) os limites de exposição ocupacional para atmosferas que contenham misturas de gases, vapores e particulados em suspensão, na prática, não são passíveis de definição por variar com a distribuição granulométrica dos sólidos e com a pressão parcial dos gases e vapores do ambiente.
 - (D) a correlação entre os limites de tolerância e os Índices Biológicos Máximos de Exposição permite afirmar que o atendimento dos limites de exposição ocupacional protegerá todos os trabalhadores pois é extremamente rara a variação da suscetibilidade individual.
 - (E) o Valor Teto, estipulado junto ao limite de tolerância de algumas substâncias significa um valor de concentração ou intensidade do agente que não pode ser ultrapassado em mais de um quarto da jornada de trabalho.

42. Entre as medidas de controle individual e coletiva, aplicadas na prevenção de riscos associados aos agentes químicos, tem-se
- (A) que os requisitos de energia para a captura e transporte dos contaminantes em região distante das faces dos captadores constituem uma vantagem comparativa da ventilação local exaustora em relação aos demais sistemas, por permitir ajustes dinâmicos, de acordo com o ambiente.
 - (B) que entre os equipamentos de proteção respiratória existe o respirador purificador de ar não motorizado com filtros mecânicos simples, filtros químicos, filtros mistos e filtros conjugados, onde filtros para poeiras ácidas e alcalinas são justapostos.
 - (C) a ventilação geral insufladora, adequada para a possibilidade de reduzir as concentrações dos contaminantes de alta toxicidade aos limites de tolerância e, concomitantemente, proporcionar conforto térmico aos ocupantes do ambiente de trabalho.
 - (D) que na seleção do respirador purificador de ar motorizado, a peça semifacial filtrante – PFF3 protege as vias respiratórias contra poeiras e névoas e a peça semifacial filtrante – PFF2 protege contra poeiras, névoas e fumos metálicos e radionuclídeos.
 - (E) aquelas dirigidas ao ambiente, como a substituição do produto tóxico ou nocivo; a mudança ou alteração do processo ou operação; o enclausuramento da operação; a segregação da operação ou processo; a ventilação geral diluidora e a ventilação local exaustora.
43. O acidente de trabalho é um grave problema social no Brasil, que produz anualmente milhares de vítimas, muitas vezes fatais ou mutiladas e incapacitadas permanentemente para o trabalho, impactando a sociedade em diversas dimensões. A esse respeito, é correto afirmar que
- (A) sua conceituação mais difundida, que está inscrita no Código Nacional do Trabalho, é que se trata de qualquer ocorrência não programada, inesperada, que interfere ou interrompe o processo normal de trabalho, trazendo como consequência isolada ou simultaneamente perda de tempo, dano material ou lesões no trabalhador.
 - (B) de acordo com o artigo 21, da Lei nº 8.213, de 1991, consideram-se acidente de trabalho a doença profissional, característica de uma ocupação; a doença do trabalho, provocada por condições especiais de trabalho e a doença endêmica, adquirida por trabalhador habitante e empregado na região em que ela se desenvolve.
 - (C) à luz da legislação vigente, a empresa deverá comunicar o acidente à Previdência Social até o primeiro dia útil seguinte ao da ocorrência e, em caso de mutilação, amputação de membro ou perda de ambos os olhos, de imediato às autoridades policial e trabalhista.
 - (D) no mérito previdenciário, presume-se caracterizada a incapacidade acidentária quando estabelecido o nexó técnico epidemiológico entre o trabalho e o agravo, decorrente da relação entre a atividade da empresa e a entidade mórbida motivadora da incapacidade, em conformidade com o que dispuser o regulamento.
 - (E) a investigação e análise dos acidentes são, amiúde, atividades difíceis de serem empreendidas mas, mediante aplicação de método de base sistêmica, como o diagrama de Ishikawa, também conhecido como a árvore dos porquês, enseja a obtenção dos antecedentes não imediatos ao acidente, popularmente conhecidos como atos inseguros e condições inseguras.

44. A administração aplicada à engenharia de segurança do trabalho não pode prescindir de indicadores para avaliar o sistema de gestão da segurança e saúde no trabalho da organização. Entre os indicadores mais usuais na prática da engenharia de segurança do trabalho consta
- (A) a Taxa de Frequência, que para um estabelecimento em que ocorreram 40 (quarenta) acidentes de trabalho e foram trabalhadas 400 000 (quatrocentas mil) horas, será igual a 100 (cem) para o período considerado.
 - (B) a Perda Intrínseca do Acidente, que considera o tempo efetivamente perdido com paralisação da produção por causa de eventos acidentários.
 - (C) a Taxa de Transformação de Conduta, concebida para o SESMT avaliar a eficácia dos programas de capacitação na redução dos atos inseguros como causas dos acidentes de trabalho.
 - (D) o Custo Interno de Acidentes, que mede a porcentagem dos encargos diretos e inevitáveis associados aos acidentes de trabalho que serão supridos pela organização.
 - (E) a Taxa de Gravidade, que para um estabelecimento no qual o Tempo Computado em dias perdidos foi de 80 (oitenta), para um total de 400 000 (quatrocentas mil) horas trabalhadas será igual a 20 (vinte).
45. De acordo com a Norma Regulamentadora 5 – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes,
- (A) quando o estabelecimento não se enquadrar na obrigação de organizar a Comissão, a empresa designará um responsável pelo cumprimento dos objetivos da norma, devendo consultar os trabalhadores no processo de escolha.
 - (B) a documentação referente ao processo eleitoral da CIPA, incluindo as atas de eleição e de posse e o calendário anual das reuniões ordinárias deverá ser encaminhada à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego ou suas Gerências Regionais, conforme o caso.
 - (C) caso não existam suplentes na representação dos empregados para ocupar cargo vago na CIPA, o empregador deve realizar eleição extraordinária, cumprindo todas as exigências estabelecidas para o processo eleitoral, exceto quanto aos prazos, que devem ser reduzidos pela metade.
 - (D) entre as atribuições da Comissão constam, entre outras, requisitar ao empregador e analisar as informações sobre questões que possam ter interferência na saúde dos trabalhadores e paralisar máquina, equipamento ou atividade quando perceber a existência de risco grave e iminente à segurança e saúde dos trabalhadores.
 - (E) o conteúdo mínimo do treinamento da CIPA deverá incluir, entre outros temas, os seguintes: estudo do ambiente, das condições de trabalho, bem como dos riscos gerados no processo produtivo; direção defensiva; primeiros socorros e prevenção e combate a incêndios.
46. Ao tratar do EPI, a Norma Regulamentadora 6 – Equipamento de Proteção Individual estabelece, entre outros, que
- (A) o equipamento de proteção individual, de fabricação nacional ou importado, só poderá ser posto à venda ou utilizado com a indicação do Certificado de Aprovação – CA, emitido pelo Laboratório de Equipamento de Proteção Individual da Fundacentro.
 - (B) cabe ao empregado, entre outros, quanto ao equipamento de proteção individual, usar, utilizando-o apenas para a finalidade a que se destina; cumprir as determinações do empregador quanto ao uso adequado e responsabilizar-se pela sua higienização e manutenção periódica.
 - (C) o importador deverá cadastrar-se junto ao órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho e solicitar a validação, em território nacional, das normas de ensaio utilizadas no país de origem do equipamento, para aprová-lo para uso do trabalhador.
 - (D) a adaptação do EPI para uso pela pessoa com deficiência feita pelo fabricante ou importador detentor do Certificado de Aprovação, invalida o uso do CA já emitido, sendo necessária a emissão de novo Certificado.
 - (E) sempre que julgar necessário, o órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho poderá requisitar amostras de EPI, identificadas com o nome do fabricante e o número de referência, além de outros requisitos.

47. Relativo à segurança e medicina do trabalho, é correto afirmar que

- (A) são consideradas atividades ou operações perigosas aquelas que, por sua natureza ou método de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a inflamáveis, explosivos ou energia elétrica; roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial.
- (B) é competência das Unidades Descentralizadas da Secretaria Especial da Previdência e Trabalho receber para análise as cláusulas das convenções coletivas que tratem de segurança e saúde no trabalho, avaliando sua conformidade com a legislação vigente e promovendo sua fiscalização.
- (C) cabe às empresas cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e saúde no trabalho e instruir os empregados, por meio de ordens de serviço, quanto às precauções a tomar no sentido de evitar acidentes de trabalho, prevenindo condições inseguras de trabalho e não cometendo atos inseguros.
- (D) independentemente de provocar ou não danos a terceiros, responderá por desobediência, além das medidas penais cabíveis, quem, após determinada a interdição ou o embargo, ordenar ou permitir a retomada da obra ou da utilização de máquina ou equipamento.
- (E) ocorrendo a despedida de membro eleito na representação dos empregados, em caso de reclamação à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, cabe ao empregador comprovar a existência dos motivos que comprovem a justa causa, sob pena de ser obrigado a reintegrar o empregado demitido.

48. De acordo com a legislação pertinente, o registro e as atividades do Engenheiro de Segurança do Trabalho, consta:

- (A) estudar as condições de segurança dos locais de trabalho, das instalações, máquinas, e equipamentos, com vistas especialmente aos problemas de controle de riscos em segurança e higiene, gestão do comportamento, ergonomia e prática em caso de incêndio.
- (B) supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente os serviços de engenharia de segurança do trabalho, podendo, para tanto, requisitar às outras áreas de engenharia os dados e informações necessários à melhor compreensão de cada situação de trabalho.
- (C) projetar sistemas de proteção contra incêndios, coordenar atividades de combate a incêndio e de salvamento e elaborar planos para emergências e catástrofes e planejar e desenvolver a implantação e técnicas relativas a gerenciamento e controle de riscos.
- (D) elaborar mapa profissiográfico das funções de maior risco no processo de produção, fixando requisitos de aptidão para o exercício de funções específicas e apontando os riscos decorrentes de tais exercícios no processo de seleção de mão de obra.
- (E) especificar, controlar e fiscalizar sistemas de proteção coletiva e equipamentos de segurança, inclusive os de proteção individual e os de proteção contra incêndio, assegurando-se sua qualidade e eficiência, zelando para que seja atendida a hierarquia de controle de riscos.

49. Uma das funções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho – OIT é a elaboração, adoção, aplicação e promoção das Normas Internacionais do Trabalho, sob a forma de convenções, protocolos, recomendações, resoluções e declarações. A respeito, é correto afirmar que
- (A) a Organização Internacional do Trabalho é uma agência internacional independente da Organização das Nações Unidas, nascida no pós-guerra de 1919 com o propósito de difundir e propugnar pelo reconhecimento internacional dos direitos humanos e trabalhistas.
 - (B) a ratificação de uma convenção por Estado-Membro é um ato soberano e implica sua incorporação total ao sistema jurídico, legislativo, executivo e administrativo do país em questão, tendo, portanto, um caráter vinculante.
 - (C) as recomendações, em termos legais e jurídicos, apresentam caráter vinculante apenas quando tratam de temas já cobertos em convenções específicas já ratificadas pelo país em questão, pois nesses casos as recomendações têm caráter prescritivo.
 - (D) as convenções da Organização Internacional do Trabalho são tratados multilaterais abertos, de caráter normativo que podem ser ratificados a qualquer tempo pelos Estados-Membros, tendo cada ratificação a validade de 20 (vinte) anos.
 - (E) cada convenção e sua pertinente recomendação constituem uma unidade normativa coerente e autônoma, sendo inviável sua ratificação parcial sob risco de descaracterizar o arcabouço regulatório construído por meio de convenções.
50. A Norma Regulamentadora 7 – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional define, entre outros aspectos, que
- (A) cabe à empresa contratante de mão de obra prestadora de serviços informar as empresas contratadas acerca dos riscos existentes e definir, junto com os representantes dessas empresas as responsabilidades de cada um na implementação do Programa.
 - (B) o PCMSO deverá ter caráter de prevenção, rastreamento, diagnóstico precoce dos agravos à saúde relacionados, tratamento e reabilitação para, se possível, as mesmas funções que o trabalhador desempenhava antes do adoecimento.
 - (C) ficam desobrigadas de indicar médico coordenador do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional as empresas de grau de risco 1 e 2, segundo a classificação da Norma Regulamentadora 4, com até 30 (trinta) empregados e aquelas de grau de risco 3 e 4 com até 15 (quinze) empregados.
 - (D) no exame médico de retorno ao trabalho, deverá ser realizada avaliação clínica, obrigatoriamente no primeiro dia da volta ao trabalho de trabalhador ausente por período igual ou superior a 30 (trinta) dias por motivo de doença ou acidente, de natureza ocupacional ou não, ou parto.
 - (E) os trabalhadores expostos a riscos graves ou a situações de trabalho que impliquem o desencadeamento ou agravamento de doença ocupacional deverão passar por avaliação clínica semestralmente ou intervalos maiores, até um ano, a critério do médico coordenador ou como resultado de negociação coletiva de trabalho.

- 51.** Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, com o propósito da preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, define entre outros aspectos, que
- (A) o texto da norma estabelece os parâmetros mínimos e diretrizes gerais a serem observadas na execução do PPRA, podendo estes serem ampliados ou reduzidos mediante negociação nos termos da lei.
 - (B) se consideram riscos ambientais os agentes físicos, químicos, biológicos e ergonômicos existentes nos ambientes de trabalho que, em função de sua natureza, concentração ou intensidade e tempo de exposição são capazes de causar danos à saúde do trabalhador.
 - (C) o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais deverá conter, no mínimo, a seguinte estrutura: avaliação preliminar do ambiente de trabalho; planejamento anual com definição de metas e cronograma; estratégia e metodologia de ação e forma de avaliação das ações do PPRA.
 - (D) o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais deverá incluir as seguintes etapas: antecipação e reconhecimento dos riscos; definição de metas e métricas adequadas; avaliação dos riscos e da exposição dos trabalhadores; implantação de medidas de controle e avaliação de sua eficácia.
 - (E) a avaliação quantitativa deverá ser realizada sempre que necessária para comprovar o controle da exposição ou a inexistência dos riscos identificados na etapa de reconhecimento; dimensionar a exposição dos trabalhadores e subsidiar o equacionamento das medidas de controle.
- 52.** De acordo com o disposto na Norma Regulamentadora 12 – Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos,
- (A) são consideradas medidas de prevenção, nessa ordem de prioridade: medidas de proteção coletiva; medidas administrativas ou de organização do trabalho e campanhas e reforço na capacitação dos operadores.
 - (B) os dispositivos de partida, acionamento e parada de máquinas devem ser projetados, selecionados e instalados de modo que ao ficarem localizados em zona perigosa da máquina, possam ser acionados ou desligados, em caso de emergência, por outra pessoa que não seja o operador.
 - (C) cabe aos trabalhadores, entre outras atribuições, não realizar qualquer tipo de alteração nas proteções mecânicas ou dispositivos de segurança de máquinas e equipamentos, de maneira que possa colocar em risco a sua saúde e integridade física ou de terceiros.
 - (D) cabe aos trabalhadores, em conjunto com suas chefias imediatas, quando identificarem a remoção, dano ou perda de função de dispositivo de segurança criando situação de risco grave e iminente, a paralisação da utilização de máquina ou equipamento.
 - (E) as máquinas estacionárias devem possuir medidas preventivas quanto ao seu deslocamento intempestivo provocado por vibrações, choques, forças internas imprevisíveis, forças estáticas externas ou quaisquer outros motivos.
- 53.** Em conformidade com o disposto na Norma Regulamentadora 21 – Trabalhos a Céu Aberto,
- (A) nos trabalhos realizados a céu aberto, é recomendável a existência de abrigos, ainda que improvisados, capazes de proteger os trabalhadores contra intempéries.
 - (B) quando o trabalho for realizado em campo aberto, sem edificações próximas, devem ser montadas tendas ou coberturas assemelhadas para proteger os trabalhadores contra a insolação excessiva.
 - (C) a moradia coletiva de famílias será condicionada à existência de meios para preservar a privacidade dos moradores e ser dimensionada em função do número de pessoas a abrigar.
 - (D) as fossas negras deverão estar, no mínimo, a 15 (quinze) metros do poço, 10 (dez) metros da casa, em lugar livre de enchentes e a jusante do poço.
 - (E) as casas de moradia serão construídas em locais arejados, livres de vegetação e afastadas, no mínimo, 100 (cem) metros de depósitos de esterco, currais, estábulos, pocilgas e depósitos de agrotóxicos ou veneno contra pragas.

54. De acordo com a Norma Regulamentadora 24 – Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho,

- (A) esta norma estabelece as condições mínimas de higiene e de conforto a serem observadas pelas organizações, devendo o dimensionamento de todas as instalações regulamentadas pela NR ter como base o número de trabalhadores usuários do turno com maior contingente.
- (B) os estabelecimentos construídos a partir de 24 de setembro de 2019 devem possuir mictórios na proporção de uma unidade para cada 40 (quarenta) trabalhadores ou fração até 120 (cento e vinte) trabalhadores e de uma unidade para cada 50 (cinquenta) trabalhadores ou fração, no que exceder.
- (C) será exigido, para cada grupo de trabalhadores ou fração, 1 (um) chuveiro para cada 20 (vinte) trabalhadores, nas atividades laborais em que haja exposição e manuseio de material infectante, substâncias tóxicas, irritantes ou aerodispersóides, que impregnem a pele e roupas do trabalhador.
- (D) é vedado o uso rotativo de armários simples entre usuários exceto nos casos em que estes sejam utilizados para a guarda de equipamentos de proteção individual e de vestimentas expostas a material infectante, substâncias tóxicas, irritantes ou que provoquem sujidade.
- (E) os locais destinados às refeições para atender mais de 50 (cinquenta) comensais por vez devem ser específicos para tal fim e não se comunicarem com a área de trabalho, ter piso revestido de material impermeável e lavável e dispor de meios para o aquecimento das refeições.

55. Conforme estabelecido pela Norma Regulamentadora 33 – Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaços Confinados,

- (A) cabe ao empregador proporcionar capacitação conjunta a todos os trabalhadores, próprios e de empresas contratadas sobre os riscos presentes no espaço confinado e medidas de controle, emergência e salvamento em casos de acidentes em tais circunstâncias de trabalho.
- (B) o procedimento para trabalho deve contemplar, no mínimo: objetivo, campo de aplicação, base técnica, responsabilidades, competências, preparação, emissão, uso e cancelamento da Permissão de Entrada e Trabalho, capacitação para os trabalhadores, análise de risco e medidas de controle.
- (C) os procedimentos de entrada em espaços confinados devem ser revistos quando da ocorrência, entre outros, de quaisquer circunstâncias como a entrada não autorizada de trabalhador não capacitado num espaço confinado e solicitação conjunta de SESMT e CIPA encaminhada ao empregador.
- (D) os trabalhadores que ingressarem em espaço confinado, após emissão de Permissão de Entrada, têm o direito de interromper suas atividades comunicando de imediato o Vigia e o Supervisor de Entrada sempre que entender, por motivos razoáveis, que existe risco grave e iminente a sua segurança ou de terceiros.
- (E) o empregador deve elaborar e implementar procedimentos de emergência e resgate adequados aos espaços confinados incluindo, entre outros, a manutenção, em regime de plantão, de brigada especificamente treinada para atuar em espaços confinados.

56. De acordo com a Norma Regulamentadora 23 – Proteção Contra Incêndio,

- (A) o empregador deve providenciar para todos os trabalhadores informações sobre a utilização dos equipamentos de combate ao incêndio; procedimentos para evacuação dos locais de trabalho com segurança e dispositivos de alarme existentes.
- (B) as aberturas, vias de passagem e saídas de emergência devem ser claramente sinalizadas e as portas de emergência que necessitam ser trancadas, deverão ter indicação de como ser aberta rapidamente.
- (C) nas fábricas que mantenham equipes organizadas de bombeiros, os exercícios de abandono devem se realizar periodicamente, sem aviso prévio e se aproximando, o mais possível, das condições reais de luta contra o incêndio.
- (D) as portas de emergência devem ter largura mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) e o sentido de abertura da porta não poderá ser para o interior do local de trabalho.
- (E) os cilindros dos extintores de pressão injetada deverão ser pesados semestralmente e, se a perda de peso acusada for superior a 20% (vinte por cento), deverá ser providenciada sua recarga ou sua substituição.

57. Em conformidade com as disposições constantes na Norma Regulamentadora 26 – Sinalização de Segurança,
- (A) os produtos químicos comprovadamente teratogênicos devem conter em seu rótulo o pictograma adequado, esclarecendo o risco que o manuseio do produto implica para o desenvolvimento embrionário ou fetal.
 - (B) os trabalhadores devem receber treinamento para compreender as informações contidas nas fichas de segurança dos produtos químicos, assim como capacitação na prestação de primeiros socorros às vítimas de intoxicação ou outros agravos relacionados ao produto químico.
 - (C) a cor vermelha deverá ser usada para distinguir e indicar equipamentos e aparelhos de proteção e combate a incêndios, devendo ser usado na indústria para assinalar risco importante por ser de maior visibilidade que o amarelo ou laranja, normalmente usados para tal fim.
 - (D) a cor amarela será utilizada para indicar “cuidado!”, ficando seu emprego limitado a avisos sobre a movimentação usual ou indevida de equipamentos, máquinas e veículos que possam causar acidentes para quem transita em área de risco.
 - (E) o produto químico não classificado como perigoso à segurança e saúde dos trabalhadores conforme o GHS deve dispor de rotulagem preventiva simplificada, que contenha, no mínimo, a indicação do nome, a informação de que se trata de produto não classificado como perigoso e recomendações de precaução.
58. Entre as medidas características de uma distribuição de probabilidade tem-se:
- (A) aquelas utilizadas para a caracterização de uma possível tendência central como a média modal, obtida pela soma dos valores mais frequentes da distribuição e sua divisão simples pelo número de elementos considerados.
 - (B) que para distribuições unimodais a bissetriz incide sobre o valor que separa a distribuição em dois blocos, sendo o da esquerda o de valores e menores e o da direita, de valores maiores que o da bissetriz, que pode ser obtida pelo valor médio das médias de cada bloco.
 - (C) a variância de uma população é uma das medidas de dispersão dos valores individuais de um conjunto em relação à média do conjunto, sendo obtida da seguinte maneira: eleva-se ao quadrado a diferença entre média e cada valor individual, soma-se essas diferenças quadráticas e divide-se esse resultado pelo número de valores somados.
 - (D) que para distribuições multimodais, é possível obter um valor com razoável precisão para a mediana, bastando calcular a média geométrica entre os valores dispersos sob cada moda identificada no conjunto de dados.
 - (E) o desvio padrão, muito aplicado para avaliar a dispersão em um conjunto extenso de dados, sendo obtido da seguinte maneira: eleva-se ao quadrado a diferença entre cada valor e a mediana da distribuição, soma-se essas diferenças quadráticas, divide-se o resultado pelo número de valores somados e extrai-se a raiz quadrada.

- 59.** De acordo com a Norma Regulamentadora 32 – Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde,
- (A) o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais deverá ser reavaliado anualmente e sempre que se produza mudanças nas condições de trabalho, que possa alterar a exposição dos trabalhadores aos agentes biológicos ou haja solicitação formal da CIPA ao SESMT, quando houver, ou ao empregador.
 - (B) todo local onde exista possibilidade de exposição ao agente biológico deve contar com lavatório exclusivo para a higienização das mãos, provido de sabonete líquido, água corrente, toalha descartável e lixeira com tampa, podendo essa instalação ser suprida, provisoriamente, por recipiente dosador de álcool gel.
 - (C) o Plano de Proteção Radiológica deve estar em plena vigência; indicar o profissional responsável pela sua execução; integrar o PPRA do estabelecimento; ser considerado na elaboração e desenvolvimento do PCMSO e relacionar os equipamentos de proteção individual a serem fornecidos aos trabalhadores potencialmente expostos.
 - (D) toda trabalhadora gestante só será liberada para o trabalho em áreas com possibilidade de exposição a gases ou vapores anestésicos após autorização por escrito do médico responsável pelo PCMSO, considerando as informações contidas no PPRA.
 - (E) o empregador deve assegurar que os trabalhadores sejam adequadamente informados das vantagens, efeitos colaterais e riscos envolvidos na não adesão às campanhas de vacinação, fazendo constar eventual recusa do trabalhador em ser vacinado em seu Atestado de Saúde Ocupacional e em prontuário clínico individual arquivado junto ao PCMSO.
- 60.** O Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP constitui-se em um documento histórico-laboral do trabalhador, que reúne dados administrativos, registros ambientais e resultados de monitoração biológica, durante todo o período em que este exerceu suas atividades na respectiva empresa. A respeito, é correto afirmar que
- (A) o PPP deverá ser impresso por ocasião da rescisão de contrato de trabalho, quando deverá ser homologado pelo sindicato representativo da categoria profissional, atestando a veracidade das informações constantes do documento.
 - (B) o PPP constitui importante fonte primária de informação estatística e, dessa maneira, possibilita aos administradores públicos e privados o acesso a bases de informações fidedignas para o desenvolvimento de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como definição de políticas públicas.
 - (C) para grupos homogêneos de exposição, a empresa poderá emitir um documento coletivo, que contenha os dados presentes em Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho emitido por profissional habilitado, na forma do regulamento.
 - (D) para a instrução de processo de aposentadoria especial junto ao INSS, o PPP obrigatoriamente deverá ser acompanhado por Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho que, para suprir lacuna do passado sem registro, pode conter laudo relativo a processo produtivo semelhante ao vivido pelo segurado.
 - (E) para fins processuais no INSS, o PPP poderá ser fundamentado, em substituição ao Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho da empresa, por outros laudos técnico-periciais emitidos por determinação da Justiça do Trabalho ou requeridos pelo próprio segurado.

